

Australian spy case to Timor-Leste is a “scandal,” says Australian academic

LUSA, June 25, 2019

An Australian expert considers it a “scandal” that the Australian Government diverted resources from its secret counter-terrorism services to spy on Timor-Leste in 2004, serving major economic interests.

Clinton Fernandes, a former Australian soldier and now an academic with a large bibliography of texts on Timor-Leste, considers that by choosing to spy on Dili when it was in negotiations on the Timor Sea, Canberra lied to the electorate to which it said it was fighting terrorism.

“It is scandalous for then-Foreign Minister Alexander Downer to have taken up employment at Woodside,” the Australian oil company with interest in the largest Timor Sea project (Greater Sunrise), “but the biggest scandal is diverting resources from combat and terrorism prevention for this espionage,” said the academic and researcher.

A former Australian soldier responsible for the Timor Desk since 1998, Clinton Fernandes was a member of the Australian Army Intelligence Corps (AUSTINT) and is currently a professor of Political and International Studies at the University of NSW-Canberra. He has published several articles and books on Timor-Leste.

Recalling that espionage occurred in the decade of the “War on Terror”, Clinton Fernandes refers to a Government White Paper against terrorism in the context of the bombings in Bali in 2002 and the Australian embassy in Jakarta in 2004.

In the document it was stated “more than 100 times” that “fundamentalist Islamic terrorism was the greatest threat” and that “Indonesia was the highest target”, with several Government members repeating statements “that they were doing everything to keep Australia safe.”

“But they eventually diverted what were scarce resources of the secret services to spy on Timor-Leste,” said Fernandes, who this week participates in the annual conference in Dili of the Timor-Leste Studies Association (TLSA), which takes place at Timor Lorosa'e National University (UNTL).

Although the Australian secret services now have “the largest budget ever”, at the time “this had not happened” and the resources were much more limited, and the Timor-Leste operation required a lot of human and technical resources.

“You’re telling the public that you’re fighting terrorism and radical groups in Indonesia, and intelligence officials know that’s not what they’re doing. That, for me, is the scandal,” he says.

Clinton Fernandes was speaking to Lusa at a time when an Australian court is judging a former Australian intelligence agent, known as “Witness K” (his identity has never been disclosed publicly), and his lawyer, Bernard Collaery, accused of conspiracy by the authorities in Canberra, a crime that has a maximum sentence of two years in prison.

“Witness K” revealed a 2004 eavesdropping scheme by the Australian secret services at offices of the Timorese Government in Dili when a new treaty for the Timor Sea was being negotiated.

“No country likes ‘whistleblowers’. No power system rewards anyone who tries to weaken this system. Australia is not unique in this and will always accuse any whistleblower,” he says.

“The biggest problem, from the authorities’ point of view, is that if ‘K’ is able to escape, what will happen to witness J, L, and M. If one is allowed to survive this kind of revelation, it provides force to others,” he says.

That is why, the former secret Australian official believes, the court is likely to uphold the charge and both have to serve prison terms.

“I think the two will face prison. And Bernard even more. K can say he was following the advice of the lawyer, who is Bernard,” he says.

For Clinton Fernandes, the case shows that Australia “is dominated by big banks and energy companies,” and that the priorities of intelligence structures are drawn from those interests.”

“The term ‘national interest’ should be understood simply as meeting the objectives of the dominant sectors. It is a deceptive anachronism that we should abandon for the sake of semantic hygiene,” he says.

Caso de espionagem australiana a Timor-Leste é um “escândalo”, diz o acadêmico australiano

LUSA, 25 de Junho de 2019

Um especialista australiano considera “um escândalo” que o Governo da Austrália tenha desviado recursos dos seus serviços secretos do combate ao terrorismo para espiar Timor-Leste em 2004, ao serviço dos grandes interesses económicos.

Clinton Fernandes, ex-militar australiano e hoje académico com uma ampla bibliografia de textos sobre Timor-Leste, considera que ao optar por espiar Díli quando estava em negociações sobre o Mar de Timor, Camberra mentiu ao eleitorado a quem dizia que estava a combater o terrorismo.

“É escandaloso que o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer, tenha arranjado emprego na Woodside”, a petrolífera australiana com interesse no maior projeto do Mar de Timor (o Greater Sunrise), “mas o maior escândalo é desviar recursos do combate e prevenção do terrorismo para essa espionagem”, afirmou o académico e investigador.

Ex-militar australiano e responsável pela Timor Desk a partir de 1998, Clinton Fernandes esteve destacado no Australian Army Intelligence Corps (AUSTINT) e é atualmente professor de Estudos Políticos e Internacionais na Universidade de NSW-Camberra, tendo publicado vários artigos e livros sobre Timor-Leste.

Recordando que a espionagem ocorreu na década da “Guerra ao Terror”, Clinton Fernandes refere-se a um Livro Branco do Governo contra o terrorismo, no âmbito dos atentados em Bali (2002) e na embaixada australiana em Jacarta (2004).

No documento indicava-se “mais de 100 vezes” que o “terrorismo fundamentalista islâmico era a maior ameaça” e que “a Indonésia era o maior alvo”, com vários membros do Governo a repetirem declarações de que “estavam a fazer tudo para manter a Austrália segura”.

“Mas acabaram por desviar o que eram poucos recursos dos serviços secretos para espiar Timor-Leste”, disse Fernandes, que esta semana participa na conferência anual em Díli da Timor-Leste Studies Association (TLISA), que decorre na Universidade Nacional Timor Lorosa’e (UNTL).

Ainda que os serviços secretos australianos tenham hoje “o maior orçamento de sempre”, na altura “isso não acontecia” e os recursos eram muito mais limitados, sendo que a operação de Timor-Leste exigiu muitos recursos humanos e técnicos.

“Estás a dizer ao público que estás a lutar contra o terrorismo e grupos radicais na Indonésia e os oficiais de inteligência sabem que não é isso que estão a fazer. Esse, para mim, é o escândalo”, considera.

Clinton Fernandes falava à Lusa numa altura em que um tribunal australiano está a julgar um ex-agente dos serviços secretos australianos, conhecido como “Testemunha K” (a sua identidade nunca foi revelada publicamente), e o seu advogado, Bernard Collaery, acusados de conspiração pelas autoridades em Camberra, crime que tem uma pena máxima de dois anos de prisão.

A “Testemunha K” divulgou um esquema de escutas montado em 2004 pelos serviços secretos australianos em escritórios do Governo timorense, em Díli, quando estava a ser negociado um novo tratado para o Mar de Timor.

“Nenhum país gosta de ‘whistleblowers’ (denunciantes). Nenhum sistema de poder recompensa quem tenta enfraquecer esse sistema. A Austrália não é única nisso e vai sempre acusar qualquer ‘whistleblower’”, afirma.

“O maior problema, do ponto de vista das autoridades é que se a ‘Testemunha k’ consegue escapar, o que acontecerá com a testemunha J, L e M. Se for permitido a alguém sobreviver a este tipo de revelação, isso pode dar força a outras”, sustenta.

Por isso, considera o ex-oficial da secreta australiana, o mais provável é que o tribunal dê razão à acusação e que ambos tenham que cumprir penas de prisão.

“Penso que os dois vão enfrentar a prisão. E o Bernard mais ainda. O K pode dizer que estava a seguir o conselho do advogado, que é o Bernard”, refere.

Para Clinton Fernandes, o caso demonstra que a Austrália “está dominada pelos grandes bancos e pelas empresas de energia” e que as prioridades das estruturas de inteligência são desenhadas com base nesses interesses”.

“O termo ‘interesse nacional’ deve ser entendido simplesmente como cumprir os objetivos dos setores dominantes. É um anacronismo enganoso que devemos abandonar a bem da higiene semântica”, comenta.